



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

530
M

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo nos autos do Agravo de Instrumento nº 0329393-8 (NPU nº 0002319-05.2014.8.17.0000)

Agravante: Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda - EPP

Agravado: Município de Petrolina

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRADO NO AGRADO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE CONVERTEU O AGRADO DE INSTRUMENTO EM AGRADO RETIDO. EXISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. COMPROVAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE LESÃO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO EM DESFAVOR DA AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA - EPP. RECURSO PROVIDO.

1. Analisando os autos, verifica-se a existência dos pressupostos indispensáveis ao processamento deste Recurso na forma instrumental, porque há risco de lesão a direito ou prejuízo irreparável.
2. Ressalte-se, ainda, que o provimento liminar não acarreta irreversibilidade em relação ao agravado, mas pode, decerto, ocorrer em relação ao pretense direito do ora agravante.
3. Recurso provido, para determinar o destravamento do agravo de instrumento e o seu regular processamento, nos termos das notas taquigráficas de fls. 536/539.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo no Agravo de Instrumento nº 0329393-8, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

fl. 523
Ar

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0329393-8 (NPU nº 0002319-05.2014.8.17.0000)

Agravante: Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda - EPP

Agravado: Município de Petrolina

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Regimental interposto pela Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda - EPP, em face da decisão terminativa proferida às fls. 447/449, que converteu o Agravo de Instrumento de nº 0329393-8 em Agravo Retido, por ausência dos pressupostos indispensáveis.

A Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda - EPP interpôs Agravo de Instrumento contra Decisão Interlocutória que deferiu parcialmente o pedido liminar formulado nos autos da Ação Anulatória de Débito, para suspender a cobrança do ISS referente ao mês dezembro de 2013, no importe de R\$ 22.249,37 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), atinente aos serviços de transporte escolar prestado em outra Municipalidade.

O *decisum* de 1º grau indeferiu, ainda, o pedido de suspensão da cobrança referente aos meses de agosto e setembro de 2013, no importe de R\$ 23.585,00 (vinte e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) e R\$ 22.437,17 (vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), respectivamente, referentes aos serviços de locação de automóveis e máquinas com condutores.

Irresignado contra tal indeferimento, o agravante interpôs Agravo de Instrumento, aduzindo que a cobrança dos meses de agosto e setembro de 2013, no importe de R\$ 23.585,00 (vinte e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) e R\$ 22.437,17 (vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), referem-se, exclusivamente, a serviços de locação de automóveis, sem condutor, e que, portanto, não deve haver a incidência de ISS, nos moldes da Súmula vinculante de nº 31 do STF.

Pugnou, ao final, pela concessão da antecipação da tutela recursal, para suspender os efeitos da decisão recorrida, e, via de consequência, a exigibilidade do lançamento tributário, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) e, no mérito, requer o conhecimento e provimento do recurso, confirmando-se o pedido liminar.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

fl. 524
Ar

Foi proferida Decisão Terminativa às fls. 447/449, convertendo o Agravo de Instrumento em Agravo Retido.

Irresignada, a Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda - EPP propôs o presente Agravo, requerendo a reconsideração da decisão atacada, ou que o recurso seja levado à Câmara para julgamento.

É relatório.

Recife, 29 de abril de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



fl. 525
OK

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0329393-8 (NPU nº 0002319-05.2014.8.17.0000)

Agravante: Aja Locadora de Veículos e Serviços Ltda - EPP

Agravado: Município de Petrolina

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO – MÉRITO

Para a interposição do agravo, na forma instrumental, o legislador exige, consoante art. 522, *caput*, do CPC, que a parte recorrente comprove a possibilidade de vir a sofrer lesão grave e de difícil reparação. Se não houver risco de lesão a direito ou prejuízo irreparável, o agravo será sempre retido. Cabe ao Relator do Agravo de Instrumento, monocraticamente, aferir se o caso levado à sua apreciação se amolda ou não às exceções do *caput* do art. 522, do CPC, avaliando *in concreto* se a decisão resistida é passível de causar, ou não, à parte lesão grave e de difícil reparação.

Analisando os autos, verifico a inexistência dos pressupostos indispensáveis ao processamento deste Recurso na forma instrumental, porque não há risco de lesão a direito ou prejuízo irreparável.

Ao revés, na hipótese em apreço, o perigo da demora se mostra muito mais em favor da parte agravada, diante da possibilidade de ver resguardado um débito que, aparentemente, parece ser legítimo.

Os documentos acostados aos autos comprovam a existência de condutores na locação dos veículos automotores. Isso, decerto, exclui a incidência da súmula vinculante nº do 31 do STF e torna possível a incidência de ISS.

Por tal razão, vê-se que também não restou configurado um dos requisitos essenciais à concessão da antecipação da tutela, qual seja, o *fumus boni iuri*, sem o qual se torna impossível a concessão da liminar pleiteada.

Nesse sentido, o Magistrado *a quo*, como segue:

“No caso em exame, entretanto, não se verifica a locação de coisa móvel simplesmente, ou puramente, pelo fato de que, conforme análise dos documentos, os veículos e máquinas foram contratados juntamente com seus

OK



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

fl. 526
Dr

operadores, não houve a simples locação de equipamento para uso da municipalidade, mas a contratação de prestação de serviços."

Ressalte-se, ainda, que o provimento liminar não acarreta irreversibilidade em relação a agravante, mas pode, decerto, ocasionar em relação à parte agravada que, na hipótese de procedência da demanda, terá resguardado o montante do débito.

Assim, necessária a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, em observância à lei adjetiva civil,

Isto porque, nos termos do art. 527, II, do CPC, para configurar adequado o Agravo de Instrumento, que é exceção à regra geral, prevendo o Agravo Retido para as decisões interlocutórias, cumpre ao recorrente demonstrar a presença da cláusula da lesão grave e de difícil reparação, que não se confunde com a causa de pedir da pretensão rejeitada e da irresignação.

Diante do exposto, a interposição deste Agravo não apresenta os pressupostos necessários para que seja recebido em sua forma instrumental.

Ante o exposto, **voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso**, devendo ser mantida a Decisão Terminativa proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0329393-8.

É como voto.

Recife, 29 de abril de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

SEM EFEITO

531

M

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0002319-05.2014.8.17.0000 (0329393-8)

AGRAVANTE: AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA - EPP

ADVOGADO: MAX LIMA E SILVAS DE MEDEIROS (OAB/PE 022993)

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE PETROLINA

RELATOR: DES. ERIK DE SOUSA DANTAS SIMÕES

VOTO-VISTA

1. Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira (Vogal): O presente AGRAVO REGIMENTAL impugna decisão do então Relator Substituto, Des. José Ivo de Paula Guimarães, que converteu em retido o agravo de instrumento interposto pela empresa AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA - EPP contra o deferimento parcial do pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, formulado nos autos de ação anulatória de débito fiscal proposta em face do MUNICÍPIO DE PETROLINA, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina (Proc. 0000636-35.2014.8.17.1130).

2. Nas razões do agravo, a contribuinte afirma que os débitos fiscais questionados nesta instância recursal, relativos aos meses de agosto e setembro de 2013, resultam da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em contratos de locação de veículos sem condutor celebrados com diversos municípios deste Estado e dos vizinhos Bahia e Piauí. Com fundamento na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, consolidada na Súmula Vinculante nº 31, aduz que a exação impugnada é indevida, uma vez que nos contratos de locação de bens móveis há mera obrigação de dar coisa certa, fato jurídico estranho à hipótese de incidência do imposto cobrado pelo agravado.

Sustenta, ademais, que o risco de grave lesão decorre da inscrição do débito em dívida ativa, o que lhe impede de obter certidão negativa de débitos (CND) junto ao Município de Petrolina, onde localiza-se a sua sede, prejudicando o

1

SEM EFEITO

desempenho de suas atividades comerciais, visto que parte significativa de seus clientes é constituída por entes da Administração Pública, os quais exigem a demonstração de regularidade fiscal em suas contratações.

532
1

Por tais razões, pugna pelo provimento do presente recurso, para que seja regularmente processado na modalidade instrumental o agravo interposto contra a decisão da primeira instância, inclusive com o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

3. O julgamento, iniciado na sessão do dia 29/04/2014, foi adiado em razão de meu pedido de vista, após o voto do Relator, Des. Erik de Sousa Dantas Simões, que negava provimento ao agravo regimental.

4. Feita esta breve contextualização, passo a expor os fundamentos de meu voto.

5. Nos precisos termos do artigo 522 do Código de Processo Civil, o agravo ordinariamente deve ser processado na forma retida, admitindo-se a sua interposição por instrumento quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.

No caso dos autos, a relatoria entendeu que a mera inscrição do débito tributário em dívida ativa não teria o condão de causar dano ao contribuinte, motivo pelo qual determinou a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, com fundamento no artigo 527, inciso II, do CPC.

Com a devida vênia, discordo de tal posicionamento. Os documentos acostados aos autos revelam que o agravante habitualmente celebra contratos com municípios deste e de outros Estados da Federação (fls. 68/302). É de conhecimento de todos que a Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitação e contratos administrativos, exige daquele que pretende contratar com a Administração Pública a comprovação da regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede (arts. 27, IV, e 29, III).

Entendo, pois, que a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, acaso indevida, acarreta risco de lesão grave e de difícil reparação ao contribuinte que habitualmente contrata com a Administração Pública, uma vez que lhe impede a obtenção de CND, em detrimento do regular desempenho de suas atividades empresariais.



SEM EFEITO
M

533

M



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Posto isso, peço vênha ao relator do feito para votar pelo provimento do recurso sob análise, de modo a assegurar o regular processamento do agravo subjacente na modalidade instrumental.

6. Admitida a presença do risco de lesão grave e de difícil reparação, resta a este colegiado perquirir da verossimilhança das alegações recursais, com vistas à apreciação do pedido de antecipação da tutela recursal.

7. Conforme expus brevemente, a irrisignação do contribuinte está calcada na alegação de indevida incidência do ISS sobre contratos de locação de veículos sem condutor, em contrariedade ao posicionamento assente do STF pela não-incidência, consubstanciado na Súmula Vinculante nº 31:

Súmula Vinculante nº 31. É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.

A rigor, a locação de bem móvel envolve obrigação de dar coisa certa, hipótese essa estranha ao fato gerador do ISS, uma vez que a prestação de serviço consiste sempre em uma obrigação de fazer, conforme explicitado pelo STF em reiterados julgamentos (AI 829292 AgR-AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 20/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-080 DIVULG 24-04-2012 PUBLIC 25-04-2012; RE 446003 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 30/05/2006, DJ 04-08-2006 PP-00071 EMENT VOL-02240-06 PP-01094 RTJ VOL-00202-01 PP-00336 REVJMG v. 57, n. 176/177, 2006, p. 465-468).

No caso dos autos, ao contrário do que afirmaram o magistrado de primeira instância e o douto Relator, o agravante comprova documentalmente que as operações tributadas pelo Município de Petrolina têm por objeto a locação pura e simples de veículos, sem conjugação com qualquer serviço, sequer o de condutor.

Para chegar a tal conclusão, basta confrontar os registros de notas fiscais fornecidos pela Prefeitura do Município de Petrolina, relativos aos meses de agosto (fl. 70) e setembro (fl. 94) de 2013, com as respectivas notas fiscais acostadas às fls. 71/93 e 95/122 - que fazem menção apenas à locação de veículos automotores - e com os contratos que as embasam (fls. 230/262).

De fato, apesar do objeto dos contratos acostados aos autos consistir na locação de veículos com e sem condutor, é preciso atentar que o débito tributário questionado deriva apenas das operações do segundo tipo - locação pura e simples, sem prestação do serviço de condução -, conforme se extrai dos registros de notas fiscais presentes às fls. 70 e 94, em que tais operações se encontram assinaladas em destaque.

Nas notas fiscais relacionadas às locações mistas (conjugadas à prestação de serviços), também indicadas nos aludidos registros, há a informação de retenção do ISS devido, de modo que elas não foram computadas na apuração do crédito ora debatido.

Por fim, o mapa de notas fiscais de fl. 247 corrobora a afirmação de que, nas locações de veículos conjugadas à prestação de serviço por condutores, houve a devida retenção do ISS, o que apenas reforça a alegação recursal de que o débito fiscal impugnado deriva da indevida incidência do ISS sobre as demais operações do agravante, consistentes na locação de veículos sem motoristas.

Tenho por satisfeito, pois, o requisito da verossimilhança das alegações recursais, assentado em prova documental inequívoca, de modo a justificar a antecipação dos efeitos da tutela recursal pretendida, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário em questão, relativo aos meses de agosto e setembro de 2013, nos valores de R\$ 23.585,00 (vinte e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) e R\$ 22.437,17 (vinte e dois mil e quatrocentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), respectivamente.

8. Cumpre salientar a impossibilidade de julgar, desde já, o mérito do agravo de instrumento subjacente, sob pena de restar violada a garantia constitucional do contraditório, visto que até o momento o Município de Petrolina não teve oportunidade de se manifestar nos autos.

Ademais, o próprio agravante pede tão somente o regular processamento do agravo interposto na forma instrumental e a antecipação dos efeitos da tutela recursal, não cabendo a este colegiado ir além dos pedidos expressamente formulados.

SEM EFEITO

535

17



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

9. Por tais razões, peço vênica ao douto Relator, para votar pelo PROVIMENTO do presente agravo regimental, de forma a assegurar o regular processamento do agravo de instrumento interposto pela empresa AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA - EPP, antecipando, desde já, os efeitos da tutela recursal, com a suspensão da exigibilidade do crédito tributário questionado.

Recife, 20 de maio de 2014.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Vogal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEM EFEITO

536

1

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 29/04/2014
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 329393-8
COMARCA : PETROLINA
AGRAVANTE : AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA. – EPP
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE
RELATOR : DESEMBARGADOR ERIK DE SOUSA DANTAS SIMÕES

RELATÓRIO: FLS. 523/524 DOS AUTOS.

DOUTOR MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO – OAB/PE 22.993, REPRESENTANDO A AGRAVANTE AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.)

Senhores Desembargadores, componentes desta Egrégia Câmara, a quem saúdo na pessoa do Senhor Presidente,
Digno representante ministerial,

Como bem relatado, trata-se de Agravo Regimental que visa destravar Agravo de Instrumento, convertido em Retido, pelo Excelentíssimo Senhor Relator, ao argumento de que a manutenção da decisão de Primeiro Grau não tem o caráter lesivo à Agravante. Além disso, sustenta que a tese recursal carece de suporte fático-jurídico legítimo.

Entretanto, Doutores Desembargadores, ousamos divergir dessa decisão. É que a manutenção da exigibilidade do crédito tributário, no bimestre agosto e setembro, traz, sim, inegáveis prejuízos à Agravante, na medida em que vai legitimar a constituição de CDAs, como já fartamente provado nos autos, que oneraram a Agravante, na medida em que os seus consectários mancharão a empresa com a nódoa da irregularidade fiscal.

Essa irregularidade fiscal impedirá a Agravante de participar de certames licitatórios, eis que a regularidade fiscal, como bem sabemos, é condição *sine qua non* para habilitação em processo licitatório.

É de se registrar, Excelências, que a atividade preponderante da Agravante é justamente a locação de serviços e veículos à Administração Pública, ou seja: toda a sua atividade econômica, a maioria, melhor dizendo, volta-se à Administração Pública, e ela está impedida de participar desses certames licitatórios por conta da irregularidade fiscal dela.

Essa circunstância, na nossa óptica, legitima a ilação autoral de lesividade da manutenção da decisão, legitimando, por conseguinte, a reforma da decisão hostilizada.

91

535V.
P



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Um outro argumento, que foi esposado, é a carência de suporte fático-jurídico legítimo da tese recursal.

Ora, Excelências, como bem declinado no relatório, defendemos que o bimestre agosto e setembro de 2013, cujos serviços foram prestados pela Agravante, referem-se à locação de veículo sem oferta de mão de obra, sem condutor, sem motorista, atrair Súmula vinculante 31 do STF, que diz não ser incidente o ISS sobre locação de bens móveis, o que entendemos a locação de veículos.

O relatório de mapas ou mapas de notas fiscais apresentados, as notas fiscais apresentadas aos autos, comprovam que, no bimestre agosto e setembro de 2013, foram faturados tão somente serviços de locação de veículos, sem oferta de mão de obra, o que endossa a tese recursal.

Diante de tudo isso, Excelências, pugnamos pela reforma da decisão que converteu em Retido o presente Agravo de Instrumento, seu processamento, na modalidade instrumental, e, por conseguinte, a antecipação dos efeitos da tutela recursal, a fim de suspender os efeitos da decisão de Primeiro Grau, suspendendo, por conseguinte, o crédito tributário, cuja anulação almejamos na Ação Anulatória.

Obrigado, Excelências.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO (PRESIDENTE)

Agradeço os subsídios trazidos e volto a palavra ao eminente Relator.

VOTO DO RELATOR: FLS. 525/526 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO (PRESIDENTE)

Está em discussão o voto do eminente Relator que nega provimento ao Agravo, para manter a decisão que converteu o Agravo em Retido.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Em discussão principal neste Recurso de Agravo de Instrumento, convertido em Agravo Retido, diz respeito à natureza da locação - se foi locação de bem ou se foi locação de bem e serviço, sabido que somente incide ISS quando a locação for de bem e serviço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEM EFEITO

537

M

Insiste a Agravante, com particular ênfase, na tese de que, pelo menos em maior parte, locou bem, celebrou contrato de locação de bem e não de bens e serviços. E faz referência aqui às folhas dos autos. Vou pedir ao eminente Relator, para confirmar ou desconfirmar as folhas, primeiro: 50 a 74, Vossa Excelência pode tomar nota, 51 a 73 (essas já estão compreendidas nas 50 a 74) e 75 a 102.

Segundo o memorial distribuído pelo Advogado da parte agravante, todas essas notas fiscais atestam a prestação de locação de bem, sem serviço, isto é, locação de automóvel sem condutor.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Respondendo a indagação do eminente Desembargador Jorge Américo, o documento de fl. 50 trata-se de um DARF, no valor de dezesseis mil, novecentos e oitenta e nove e trinta e nove centavos, fl. 51 – outro DARF de vinte e um mil, noventa e seis reais e noventa e dois centavos, 52: outro DARF de locação, no valor de dezenove mil, setecentos e nove e trinta e cinco centavos.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO (PRESIDENTE)

Quem é o beneficiário?

DOUTOR MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO – OAB/PE 22.993, REPRESENTANDO A AGRAVANTE AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.)

Excelência, uma questão .. (interrompido).

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

O nome é Aja Locadora de Veículos de Serviços Ltda. Domicílio Tributário – Contribuinte – Petrolina. Nº do CNPJ - Período ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Então, não confere com o documento anunciado no memorial. Seriam notas fiscais.

536v.
12



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

O 54 também é um DARF, o 55 é um DARF, 56 também, 57 ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Há um equívoco?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Cinquenta e oito (58), 59 ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Só um momento, Desembargador Erik. Há um equívoco na informação das folhas?

DOUTOR MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO – OAB/PE 22.993, REPRESENTANDO A AGRAVANTE AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.)

Excelência, é justamente essa questão que eu gostaria de elucidar. A referência que faço, as folhas, é a folha, a cópia do processo primitivo.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

É isso que estou lendo.

DOUTOR MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO – OAB/PE 22.993, REPRESENTANDO A AGRAVANTE AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.)

Não, Excelência, o número das folhas ... (interrompido).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SENTEITO

538

4

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Do Agravo?

DOUTOR MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO – OAB/PE 22.993, REPRESENTANDO A AGRAVANTE AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.)

Não, do processo principal, cuja cópia integral juntei aos autos, junto ao Agravo. É justamente isso que eu gostaria de elucidar.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Do processo principal. Ok.

DOUTOR MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO – OAB/PE 22.993, REPRESENTANDO A AGRAVANTE AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.)

Perfeitamente.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Eu estava lendo justamente a numeração do Agravo de Instrumento.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Não, o Agravo de Instrumento foi instruído aos autos principais.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Por isso que mudou. Então, a 50 passou a ser 70. Isso sim – o nº 70 do Agravo de Instrumento é um registro de notas fiscais – serviços prestados. Prefeitura de Petrolina – Aja Locadora de Veículos e Serviços – Imposto sobre serviço – total da base de cálculo – setecentos e três mil, duzentos e vinte.

537V.
R



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O que é que consta, a descrição – locação de automóvel?

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Bom, aqui tem: Prefeitura de Petrolina – CNPJ – razão social - registro de notas fiscais de serviços prestados. Imposto sobre serviço. Período de incidência. Resumo: total – base de cálculo, total – imposto devido, imposto retido, e uma numeração extensa na fl. 71 – Razão Social – Câmara Municipal de Petrolina – Locação de Serviços. Valor da locação do veículo – tipo passeio motor. Retenções a serem efetuadas pelo tomador: sessenta e três mil e noventa. Total de retenções – zero. Valor líquido, o mesmo valor. O valor da nota fiscal – dedução da base de cálculo. Valor de ISS do Município: três mil, cento e cinquenta e três. As seguintes: à fl. 72: ENGECOL – Engenharia de Construção Civil Ltda. Bairro de Areia Branca. Petrolina. Segunda tala de serviço (está em branco). Locação de Prestação do Serviço. Descrição de Serviço: refere-se à locação de serviço – tipo caminhonete – cabine dupla no mês de julho de 2013.

A cópia não está muito nítida não. Aqui tem alguma coisa de ISS sobre a locação ... (interrompido).

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Senhor Presidente, eu ... (interrompido).

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Quer pedir vista, Desembargador Jorge?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Desembargador, peço vista.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO (PRESIDENTE)

O feito está, então, sobrestado a pedido de vista do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.

46



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEM EFEITO
S39
M

DECISÃO

"ADIADO POR PEDIDO DE VISTA DO DES. JORGE AMÉRICO, APÓS VOTO DO DES. ERIK SIMÕES QUE CONHECEU, MAS NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO, PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA". SUSTENTAÇÃO ORAL PROFERIDA PELO BEL. MAX LIMA E SILVA DE MEDEIROS, OAB Nº 22993, PATRONO DA PARTE AGRAVANTE."

Fz

Fz



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEM EFEITO
339

R
540

M

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 20.05.2014
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 329393-8
COMARCA : PETROLINA
AGRAVANTE : AJA LOCADORA DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA. – EPP
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PETROLINA
RELATOR : DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

EM SESSÃO DO DIA 29/04/2014, O EMINENTE DES. JORGE AMÉRICO PEDIU VISTA DO PROCESSO APÓS VOTO DO EMINENTE DES. ERIK SIMÕES, QUE CONHECEU, MAS NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO, PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA.

VOTO-VISTA DO EMINENTE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO CONSTANTE NAS FOLHAS 529/533 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

A Turma está em divergência, coloco em discussão o voto do eminente Desembargador Jorge Américo Pereira de Lima: o voto de vista.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES (RELATOR)

Senhor Presidente, essa decisão foi proferida pelo meu substituto. Quando eu retornei de férias, eu tive o objeto de um agravo, eu resolvi manter a decisão dele, mas, agora, ouvindo os bem postos argumentos pelo Desembargador Jorge Américo, eu me convenci pelo destravamento e refluio no sentido também de acompanhar o voto do eminente Desembargador Jorge Américo.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

O meu voto também é no mesmo sentido do voto sustentado pelo Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, entendendo que há realmente perigo de dano em relação ao agravante, portanto eu voto também destravando o conhecimento e discussão do agravo de instrumento, nos mesmos termos do voto de Vossa Excelência e já evoluído pelo eminente Relator.

Eu peço, então, ao eminente Relator que continue com o seu voto, já que aderiu ao voto de vista e que proclame o resultado.

A

539V.
R



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, FOI PROVIDO O RECURSO DE AGRAVO,
DESTRAVANDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO."

CL